

Aristóteles, Política e Educação

Rafael Lucas de Lima¹

I

Para nós, brasileiros, a política tem sido, infelizmente, um tópico recorrente das discussões cotidianas. O motivo maior dessas discussões não é o grande interesse que se tem por política – antes fosse isso; com efeito, motivos diversos poderiam ser elencados, mas podemos indicar, com uma única palavra, o cerne dessas discussões: a corrupção dos governantes brasileiros, que afeta direta e negativamente o bem comum, a felicidade da comunidade brasileira. Através da doença crônica da corrupção, que acomete o nosso país, torna-se evidente a desvirtuação e completa degeneração da meta, do fim, da razão de ser da política enquanto ciência prática organizadora da vida e promotora da felicidade de uma comunidade. Discutir política deveria ser um hábito de todo cidadão que atingiu algum grau de desenvolvimento de suas faculdades mentais e de autonomia no uso de sua razão; não deveria, esse hábito, vir a existir por força de algum mal, e sim ser o fruto do interesse de cada um de nós pelos rumos do nosso Estado; pois todo associado deveria se interessar pelas decisões de sua associação e nelas tomar parte, e associação alguma existe para o mal dos seus associados, uma vez que nenhum associado permaneceria voluntariamente numa associação que não promovesse aquilo que ele considera ser um bem para si. Na grande associação humana que se chama Estado, a *educação* surge como um meio *sine qua non* para a organização da vida política. No processo pedagógico de formação dos cidadãos está compreendida, como um dos seus mais importantes fins, a formação do caráter de cada um deles; dessa formação depende uma parcela significativa da felicidade de cada indivíduo e da própria comunidade. A relação indelével entre política e educação – que, juntas, contribuem decisivamente para o bem do Estado – tem sido repetidamente assinalada e discutida ao longo da história, adquirindo diversos matizes; dentre as perspectivas que a abordam, encontram-se aquelas de filósofos como Platão, Aristóteles, Wilhelm von Humboldt, John Stuart Mill. Ater-me-ei aqui à perspectiva de Aristóteles (384-322 AEC) sobre política e educação, tentando elucidar sua imbricação e apontar algumas das consequências que resultam do modo como a última é conduzida pela primeira.

¹ Professor Adjunto de filosofia da Universidade de Pernambuco (UPE), *campus* Petrolina; pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação no Sertão do São Francisco (GEPHESF), no qual coordena a linha de pesquisa Filosofia e Educação. E-mail: rafael.lima@upe.br.

Para Aristóteles, nossa espécie habita *politicamente* este planeta. Isso quer dizer que nenhum de nós é capaz de sobreviver – por uma vida inteira, e, às vezes, nem mesmo por longos períodos – completamente isolado de outros indivíduos humanos. Podemos e, algumas vezes, chegamos mesmo a desejar que isso fosse possível; pois nossa imaginação, que não pode ser contida pela razão, nos arrasta nessa direção. Mas, somente um ser diferente do humano seria capaz de uma existência inteiramente autossuficiente. As razões que conduziram e que mantêm a existência da nossa espécie conforme um modo de vida comunitário fundamentam-se – segundo Aristóteles e outros pensadores da política – nas nossas *necessidades*. Como não somos capazes de produzir tudo aquilo de que necessitamos, a natureza, o instinto de sobrevivência, obriga-nos a buscar em outros seres, humanos e não-humanos, uma parte do que nos falta. Nesse sentido, posto que não tenho força muscular suficiente para carregar grandes pesos, utilizo-me da força do gado ou do cavalo; como não produzo o alimento de que careço, dependo de quem o vende, de quem o distribui e de quem o produz; não fazendo eu mesmo para mim minhas vestes, é necessário que haja quem as faça; uma vez que, sozinho, sou impotente para defender-me de muitos dos perigos que me cercam, necessito somar minhas forças às de outrem, tornando-nos mais fortes juntos, etc. Ao fim e ao cabo dessas relações de intercâmbio, constitui-se uma associação natural de seres humanos, cuja base é a necessidade de muitas coisas, que se busca prover tendo em vista não só a satisfação das ditas necessidades, como também, em última instância, a promoção do bem, isto é, da felicidade dos associados, dos cidadãos de um Estado. A essa forma de sociedade humana se chama *cidade*.

Sabemos que *toda cidade é uma espécie de associação*, e que toda associação se forma tendo por alvo algum bem; porque o homem só trabalha pelo que ele tem em conta de um bem. Todas as sociedades, pois, se propõem qualquer bem – sobretudo a mais importante delas, pois que visa a um bem maior, envolvendo todas as demais: a *cidade* ou *sociedade política*.²

Da cidade ou *πόλις*, da sua estrutura, funcionamento e administração, deriva o sentido da palavra *política*, *πολιτικά*, que remete àquilo que concerne às cidades. Por sua vez, o que concerne à cidade, e que é objeto da política, é a organização da vida comum, de modo que sejam satisfeitas as necessidades dos cidadãos (*πολίτες*) e que eles tenham uma vida à qual se possa chamar de feliz. Acerca da *origem* da vida política e da *felicidade* como sua *finalidade*, Aristóteles diz:

Assim, naturalmente, a sociedade constituída para *prover às necessidades quotidianas* é a família [...]. A primeira sociedade formada por muitas famílias *tendo em vista a utilidade comum*, mas não quotidiana, é o pequeno povoado; este parece ser naturalmente uma espécie de colônia da família. [...] A sociedade constituída por diversos pequenos

² Aristóteles, *Política*, Bauru, Edipro, 2009a, 1252a1-10; grifos meus.

povoados forma uma cidade completa, com todos os meios de se abastecer por si, e tendo atingido, por assim dizer, o fim que se propôs. *Nascida principalmente da necessidade de viver, ela (a cidade) subsiste para uma vida feliz.*³

Ora, como Aristóteles pode sustentar que a felicidade seja o fim a que visa a política? O raciocínio do Estagirita é puramente indutivo. Sabemos que cada um de nós persegue objetivos diversos, em momentos diferentes de nossas vidas. Assim, por exemplo, alguém cursa uma graduação X porque pretende, ao concluí-la, exercer a profissão, outro, porque deseja apenas um diploma, que será um meio para, digamos, conseguir aumentar seu salário; esse mesmo raciocínio é extensivo a outras áreas da vida. Constatando essa diversidade de fins que propomos a nós mesmos, Aristóteles inferiu que se houver um *único* fim que seja buscado por todos nós, e que nos seja, por assim dizer, comum, então esse fim ou objetivo terá que ser o fim mais excelente a que podemos visar e alcançar através das nossas ações. De fato, há tal fim – a felicidade. Em vista da felicidade, Aristóteles concebe duas ciências práticas: a ética e a política, sendo a primeira a ciência que estuda as ações dos indivíduos singulares tendo em vista a felicidade dos mesmos, e a política, a ciência consagrada ao estudo das ações dos governos dos Estados tendo por fim a felicidade do próprio Estado. Aristóteles conclui, com razão, que é mais importante promover o bem do Estado do que o bem do indivíduo, o que equivale a sustentar que a política é mais importante do que a ética, que o interesse público deve sobrepor-se ao privado.

Seria, assim, de se concordar ter que ser ele (o sumo bem, a felicidade) o objeto da ciência, entre todas, de maior autoridade – uma ciência que fosse, preeminentemente, *a ciência maior*. E parece ser esta *a ciência política*, posto que é ela que determina quais ciências devem existir nos Estados e quais ramos do conhecimento deve cada diferente classe de cidadãos aprender e até que ponto; e observamos que mesmo as mais altamente consideradas das capacidades, tais como a estratégia, a economia doméstica, a oratória, acham-se subordinadas à ciência política. Na medida em que, portanto, as ciências restantes se prestam ao uso desta e, visto que ela, ademais, estabelece leis quanto ao que as pessoas deverão fazer e quais coisas deverão se abster de fazer, a finalidade dessa ciência terá que incluir as finalidades de todas as demais. Consequentemente, *o bem humano tem que ser a finalidade da ciência política, pois ainda que seja o caso de o bem ser idêntico para o indivíduo e para o Estado, o bem do Estado é visivelmente um bem maior e mais perfeito, tanto para ser alcançado como para ser preservado*. Assegurar o bem de um indivíduo é apenas melhor do que nada; porém, assegurar o bem de uma nação ou de um Estado é uma realização mais nobre e mais divina. Sendo essa, portanto, a meta da política, nossa investigação se dirige ao seu estudo.⁴

A partir do que dissemos acerca da felicidade, é possível que nos deparemos com, pelo menos, duas questões, a saber: Como promovê-la, nas esferas do indivíduo e da cidade? Sabendo que o que se diz acerca da felicidade é muito variado, em que consistiria uma vida feliz?

³ Aristóteles, 2009a, 1252b5-30; grifos e parêntese meus.

⁴ Aristóteles, *Ética a Nicômaco*, Bauru, Edipro, 2009b, 1094a25-1094b10; grifos e parêntese meus.

Para Aristóteles, a felicidade humana depende da prática da virtude, e uma vida virtuosa depende de uma boa educação, isto é, de uma educação que, desde a mais tenra idade, *habitué* o ser humano a lidar bem com o prazer e a dor, particularmente, e com as paixões, em geral. Ora, a maneira como nos relacionamos com as paixões – prazer, dor, ira, medo, inveja, etc. –, o modo como elas afetam-nos, manifesta-se externamente nas nossas ações, naquilo que fazemos e no que dizemos. Sentir adequadamente cada paixão, no momento apropriado, pelas razões corretas e pelo tempo adequado constitui, para Aristóteles, a marca da virtude. A política e a ética surgem, pois, como duas ciências que devem contribuir para que os cidadãos tenham *caracteres* virtuosos; daí Aristóteles concluir, por um lado, que o verdadeiro político deve ser também um psicólogo, no sentido de que deve conhecer a psique humana, sobre a qual deve agir através das leis, que constituem imposições de limites práticos ao extravasamento de determinadas paixões, consideradas perniciosas ao bem da comunidade; por outro lado, como somos responsáveis por nossas próprias ações, temos que estar habituados a refletir sobre elas, sobre o que representam em termos da maneira como somos afetados pelas paixões, e, a partir desse processo de autoconhecimento, de cuidado de si, devemos cultivar hábitos moderados no que tange a sentirmos cada paixão e à sua externalização através das nossas ações. Destarte, Aristóteles responderia à primeira questão (proposta acima) dizendo que a felicidade humana repousa, por um lado, naquilo que nós fazemos por nós mesmos, e, por outro lado, naquilo que os governantes fazem por nós, enquanto membros de uma comunidade política. Quanto à segunda questão, Aristóteles fundamenta sua resposta naquilo que seria uma característica *sui generis* da nossa espécie: o fato de termos uma *razão*.

Para responder à questão: *Em que consistiria uma vida feliz?*, Aristóteles busca encontrar a *função humana*. Qual seria, então, essa função? Teria que ser, pensa Aristóteles, algo que fosse próprio do ser humano, e de mais nenhum outro ser. Nesse ponto, a análise aristotélica segue, em grande medida, os ensinamentos de Platão acerca da alma humana e de suas partes⁵. A nutrição e o crescimento do nosso corpo é algo que não constatamos apenas em nós, mas em todos os seres vivos; logo, a vida vegetativa não corresponde ao que seria propriamente humano. O fato de sentirmos muitas coisas e, particularmente, de sermos afetados pelas paixões, também não é uma característica que somente nós possuímos, posto que muitos outros animais expressem sentimentos – como o cão que sente prazer com os afagos de seu dono, ou que se alegra, balançando freneticamente o rabo, ao vê-lo chegar em casa; assim, evidencia-se que a vida sensitiva também é compartilhada por outros seres vivos. Resta, por fim, na análise de

⁵ Sobre a perspectiva platônica das partes da alma, cf. *A República*, particularmente o Livro IV, onde Platão traça uma analogia entre as três partes ou classes da cidade e as três partes da alma humana.

Aristóteles, apenas que se considerar a razão, e é nela, no seu desenvolvimento e nos seus usos, que o Estagirita encontra a *função humana*.

Afirmar, todavia, que o bem mais excelente é a felicidade parecerá provavelmente um truísmo. Ainda carecemos de uma avaliação mais explícita do que constitui a felicidade. É possível que possamos a ela chegar se determinarmos a *função do ser humano*, posto que se pensa que a excelência ou eficiência de um flautista, de um escultor, ou de um artesão de qualquer tipo e, em geral, de quem quer que tenha alguma função ou ocupação a desempenhar, reside nessa função; e, por analogia, é possível sustentar-se que *o bem humano reside na função humana*, no caso de o ser humano ter uma função. [...] Qual, então, poderia ser essa função precisamente? O mero ato de viver parece ser compartilhado mesmo pelas plantas e estamos buscando a função peculiar do ser humano. Diante disso devemos pôr de lado a atividade vital da nutrição e crescimento. A seguir na escala vemos alguma forma de vida sensitiva, porém esta, igualmente, parece ser compartilhada por cavalos, bois e animais em geral. Resta, assim, o que pode ser denominado a *vida ativa da parte racional do ser humano*.⁶

A função humana consiste em utilizar, e utilizar bem, a parte racional da alma. Que significa, então, para Aristóteles, *utilizar bem a razão*? Significa viver de modo que a parte racional da nossa alma governe sobre a parte sensitiva; que nossas paixões não determinem nossos hábitos, mas que esses sejam expressão de uma vida ponderada, equilibrada ou virtuosa. A *virtude*, a excelência moral⁷ – eis, para Aristóteles, o meio mais seguro que podemos empregar para vivermos uma vida feliz, que será aquela em que predominem momentos prazerosos sobre os dolorosos. Encontrada a função humana, que consiste no exercício ativo das faculdades da alma sob a égide do princípio racional da mesma, Aristóteles liga essa função, em seguida, à própria virtude, afirmando que o bem ou felicidade humana consiste no exercício daquelas faculdades *em conformidade com a virtude*.

Se, então, a *função do ser humano é o exercício ativo das faculdades da alma em conformidade com o princípio racional*, [...] e se reconhecemos a função de um indivíduo e de um bom indivíduo pertencente à mesma classe (por exemplo, um harpista e um bom harpista e assim, em geral, relativamente a todas as classes) como genericamente a mesma, a qualificação da superioridade do último em *excelência* [virtude, ἀρετή] sendo acrescida à função em seu caso [...] – a partir dessas premissas se conclui que *o bem humano é o exercício ativo das faculdades da alma humana em conformidade com a virtude*, ou se houver diversas virtudes, em conformidade com a melhor e mais perfeita delas.⁸

Aristóteles define virtude como uma *disposição de caráter* que conduz um ser humano à prática de ações moderadas, isto é, de ações que não sejam nem excessivas nem deficientes em relação às paixões que as animam. Assim, a virtude da coragem, por exemplo, não consiste em

⁶ Aristóteles, 2009b, 1097b20-1098a5; grifos meus.

⁷ Aristóteles divide as virtudes em dois tipos, virtudes intelectuais – que necessitam de *instrução* – e virtudes morais – que requerem *hábitos*. É dessas últimas, mais do que das primeiras, que depende a felicidade humana; pois, como pensa Aristóteles, a felicidade não é algo alcançável através de pensamentos e palavras, mas somente através de ações que sejam frutos de hábitos virtuosos. Acerca dessa distinção, v. Aristóteles, 2009b, Livro II.

⁸ *Ibidem*, 1098a5-15; parêntese do autor, grifos e colchete meus.

não sentir medo de todo e qualquer perigo (porque isso seria um excesso de coragem), nem em sentir medo em todas as ocasiões (porque isso seria uma deficiência de coragem, covardia), mas consiste em adotar uma postura equilibrada, que conduz o agente a não se esquivar de qualquer perigo (pois há aqueles cujo enfrentamento demonstra nobreza de caráter, como quando enfrentamos a morte em nome da felicidade de quem amamos) e a esquivar-se somente daqueles que, efetivamente, devem ser evitados (por exemplo, não vale a pena sacrificar a própria vida por aqueles que não reconhecerão e não se beneficiarão com o sacrifício). É a adoção de uma regra de conduta que busca atingir, em relação às paixões, um ponto equidistante dos extremos dos vícios do excesso e da deficiência que marca as ações virtuosas.

A virtude é, então, uma *disposição* estabelecida que leva à escolha de ações e paixões e que consiste essencialmente na observância da mediania relativa a nós, sendo isso determinado pela razão, isto é, como o homem prudente o determinaria.⁹

Sendo próprio da virtude visar à medida mediana relativa a nós, Aristóteles aponta, com isso, para o fato de que nós experimentamos de maneiras diferentes as paixões, resultando daí dizermos que alguém é mais ou menos colérico, ou voluptuoso, ou generoso etc., do que outrem. Compete-nos, portanto, atentar para o que seria a mediania no sentir cada uma das paixões que nos afetam, bem como procurar agir, externalizando essas paixões, moderadamente. Um conhecimento dessa natureza, que nos auxilia a atingir a mediania, nas ações e paixões, relativa a cada um de nós, é produto tanto das investigações éticas como das investigações políticas, que, sob prismas distintos, abordam a formação do caráter humano – a primeira, partindo sempre da parte, do caráter de um indivíduo, a segunda, partindo do todo, do caráter da comunidade.

Já sabemos que Aristóteles compreendia a política como ciência prática responsável pela promoção do bem ou da felicidade de uma *pólis*. Como ciência maior do Estado, compete à política, dentre muitas outras coisas, engendrar mecanismos e ações que *atuem sobre os caracteres dos cidadãos da comunidade*, aplicando-lhes, em alguma medida, certa forma, que deve expressar, por sua vez, os desejos e expectativas da própria comunidade.¹⁰ Na concepção de Aristóteles, o principal instrumento de que a política, de que os governantes dispõem para levar a cabo a finalidade da ciência maior é a *legislação*. Reside sobretudo aí, no uso das leis, o caráter *psicagógico* da política para Aristóteles, isto é, seu poder de encaminhar as almas por aquele que se considera o melhor caminho; pois, por intermédio das leis, o legislador age sobre o caráter dos cidadãos, na medida mesma em que a legislação proíbe ou estimula, castiga ou recompensa, segundo a prática ou omissão de determinadas ações; assim, quando praticadas ou reprimidas frequentemente, essas

⁹ *Ib.*, 1106b35-1107a1; grifo meu.

¹⁰ Por isso Aristóteles pôde afirmar que a política constitui um “saber prático sobre os caracteres” – Aristóteles, *Retórica*, São Paulo, Martins Fontes, 2012, 1356a.

ações ou omissões produzem hábitos, modos de conduta que incorporam os estímulos correspondentes de incentivo ou de repressão, forjando, por conseguinte, e dando estabilidade ao caráter humano. Aplicar ao caráter humano a forma da virtude é, para Aristóteles, educar.

A consequência direta da estreita relação entre política e engendramento do caráter humano, entre política e educação, é que o estadista, o legislador, o governante deve ser alguém que tenha conhecimento suficiente daquilo com o que tem de lidar na condução dos negócios políticos, e isso não é outra coisa que não seja, sobretudo, o caráter dos cidadãos, que deve ser tal que faça reluzir, através das ações dos mesmos, o brilho da sua virtude. Referindo-se a essa característica fundamental do verdadeiro governante – a de ser, em alguma medida, também um psicólogo, um conhecedor da alma ou *psykhé* –, Aristóteles diz:

[...] parece que o verdadeiro estadista é alguém que realizou um estudo especial da virtude, visto ser sua meta tornar os cidadãos indivíduos virtuosos e respeitadores da lei, do que são testemunhos os legisladores de Creta e Lacedemônia e os outros grandes legisladores da história. [...] a felicidade humana significa, a nosso ver, excelência da alma, não excelência do corpo; em coerência com isso definimos, a propósito, a felicidade como uma atividade da alma. Ora, se é assim, está claro que *cabrerá ao estadista adquirir um certo conhecimento da psicologia*, do mesmo modo que o médico que pretende curar o olho ou as outras partes do corpo precisa ter o conhecimento da anatomia dessas partes. E realmente essa base de conhecimento para o estadista é para ele ainda mais necessária na medida em que a política é uma ciência superior e mais valiosa do que a arte da medicina [...]. Portanto, *o estudioso da política, bem como o psicólogo, tem que estudar a natureza da alma*, embora o primeiro o fará a título de um suporte à política e somente até o ponto necessário aos objetos de sua investigação que tem em vista.¹¹

Em outro momento, ainda na *Ethica Nicomachea*, Aristóteles diz mais, sobre como é possível que o legislador contribua para a formação de cidadãos virtuosos:

[...] *legisladores tornam os cidadãos bons treinando-os em hábitos de ação correta*, o que é a meta de toda legislação, que, se falhar no seu atingimento, será um fracasso, tarefa no que se distingue a boa constituição da má.¹²

Ora, posto que nossos hábitos sejam a expressão, nas nossas ações, do modo como lidamos com nossas paixões; posto que a legislação deva fazer, das condutas dos cidadãos, a manifestação de hábitos virtuosos; e considerando ainda que a virtude diz respeito a ações e paixões, podemos depreender, então, dessas premissas que, para Aristóteles, a legislação deve agir diretamente sobre a maneira como lidamos com nossas paixões, sobretudo com as mais violentas delas: o prazer e a dor, e, conseqüentemente, deve condicionar e impor limites ao nosso modo de expressar o que sentimos. Assim, pois, torna-se possível afirmar que Aristóteles tinha em vista promover na comunidade, por intermédio da ação pedagógica das leis, certo nível de *homogeneidade*

¹¹ Aristóteles, 2009b, 1102a5-20; grifos meus.

¹² *Ibidem*, 1103b1-5; grifo meu.

no que tange à forma como os cidadãos experimentam suas paixões. Não podemos, certamente, suprimir de uma vez por todas qualquer que seja a paixão humana (caso isso fosse possível, deixaríamos de ser humanos); não obstante, está em nosso poder, em algum grau, aprender a senti-las adequadamente e a liberar apropriadamente suas pulsões. Discorrendo, na *Política*, acerca da igualdade na distribuição da riqueza da *pólis* entre os cidadãos – que não deixa de ser um ponto muito sensível para a consecução do bem-comum ou da felicidade da comunidade –, Aristóteles afirma que mais importante do que essa forma de igualdade é aquela que se visa estabelecer na comunidade no que concerne aos *sentimentos*, na maneira como os cidadãos experimentam e externalizam suas emoções. “É nas paixões”, diz Aristóteles, “que se deve estabelecer a igualdade, muito mais que nas fortunas, e essa igualdade (patológica) não passará do resultado da *educação dada pelas leis*”.¹³

A igualdade e estabilidade emocional dos cidadãos, isto é, a constância de caráter a que visa a virtude e que, ao mesmo tempo, é promovida por ela, permite que possamos antever quais atitudes podemos esperar dos nossos semelhantes. Quando conhecemos os caracteres das pessoas envolvidas, somos capazes, com maior ou menor grau de acerto, de prever como elas agiriam dentro de determinados contextos e situações. A vida na *pólis* coloca-nos em face de inúmeras situações, que contribuem em maior ou menor medida para a consecução ou destruição da nossa felicidade; por exemplo, há ações nas quais percebemos que o interesse privado dos indivíduos as preside, e muitas vezes se busca a satisfação desse interesse às custas do interesse e do bem-comum; em outras ocasiões, percebemos que os indivíduos deixam de lado seu egoísmo para fomentarem a felicidade da comunidade, ou de uma parcela dela; quando conhecemos o caráter dos indivíduos que se encontram em condições de perseguir seus próprios interesses ou de promoverem o interesse comum, não hesitamos em dizer que agirão de modo a realizarem o primeiro ou o segundo desses interesses. Ora, quando sabemos que, num Estado qualquer, predominam cidadãos virtuosos, não temos razões para temer que interesses privados ameacem ou sobrepujem o interesse e o bem da comunidade. Num Estado semelhante a esse, ao qual visava toda a discussão ética e política levada a cabo por Aristóteles, impera uma verdadeira *amizade* entre os cidadãos, os quais, como realmente ocorre entre amigos, prontamente abrem mão do seu próprio bem privado e mesquinho em prol do bem maior e mais perfeito, que é a felicidade da comunidade. Por isso Aristóteles pôde afirmar: “Vemos na amizade o maior de todos os bens que possa um Estado possuir e o melhor meio de evitar as discórdias”.¹⁴

Concluo retomando a metáfora aristotélica do Estado como uma grande associação, com a qual comecei este artigo, e com a qual o próprio Aristóteles abre seu tratado sobre política.

¹³ Aristóteles, 2009a, 1266b25-30; parêntese e grifo meus.

¹⁴ *Ibidem*, 1262b5.

Sociedade alguma subsiste por muito tempo quando a maior parte dos bens, cuja obtenção deu origem à associação, não são usufruídos igualmente por todos os associados; com efeito, discórdias pululam facilmente em toda sociedade na qual haja desequilíbrio na distribuição dos bens almejados. Ora, uma vez que a felicidade seja o bem visado por toda comunidade politicamente organizada, somente torna-se possível alcançá-la e efetivá-la na vida de cada cidadão quando a legislação, que é o principal instrumento educacional da política, é capaz de imprimir nos caracteres dos cidadãos a marca da virtude, da moderação nas paixões e nas ações¹⁵. Ao passo que os gregos do período Clássico tinham, a exemplo de Aristóteles, uma consciência aguda e clara da relação fundamental entre política e educação, bem como dos bens e males que derivam da forma como se conduz essa relação, nós, contemporâneos, e nós, brasileiros, parecemos perceber, contrariamente, um distanciamento entre ambas. Quando chegar o dia em que essa ligação seja restabelecida plenamente, ou, pelo menos, em um grau mais acentuado do que o que temos hoje (se é que, de fato, chegará esse dia...); quando os governantes tornarem-se capazes de enxergar que o escopo da política não pode descambar na busca egoísta pela satisfação de interesses meramente privados; então, quiçá, a política revelará todo o seu potencial educativo e formador, e a virtude não mais será vista como uma quimera, que habitaria os pensamentos febris das cabeças perturbadas de alguns filósofos.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Política*, Bauru, Edipro, 2009a.
- _____, *Ética a Nicômaco*, Bauru, Edipro, 2009b.
- _____, *Retórica*, São Paulo, Martins Fontes, 2012.
- PLATÃO. *A República*, Lisboa, Gulbenkian, 2008.

¹⁵ “[...] é nas leis que está a salvação da cidade”. Aristóteles, 2012, 1360a.